

Violência infantil na mídia: efeitos de sentido

Violencia contra los niños en los medios de comunicación: efectos de sentido

Child violence in the media: effects of interpretation

Benalva da Silva Vitorio¹, Wellington Teixeira Lisboa², Mariana Diegues Corona do Prado³,
Mateus Catalani Pirani⁴, Mayara Gil Fonseca⁵, Miriam Costa Nascimento⁶

Resumo

Partindo do senso comum de que o crime vende jornal e aumenta a audiência das mídias, o presente artigo demonstra que o interesse do público pelos acontecimentos veiculados nos meios de comunicação depende das condições de produção dos sujeitos envolvidos: de um lado, dos profissionais que recolhem, hierarquizam e difundem o fato; de outro, daqueles que tomam conhecimento da produção jornalística. Com base nos princípios e procedimentos da análise de discurso da Escola Francesa, tomamos dois casos registrados na mídia impressa brasileira, em abril de 2011, envolvendo crianças como vítimas de violência, com o propósito de confirmar a premissa de que há diferentes maneiras de ler. Ao “entrar” no discurso, o leitor participa do baile das palavras, construindo sentidos. Está, portanto, “fadado” à interpretação.

Palavras-chave: Mídia. Violência. Discurso.

¹ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), com Pós-doutorado na mesma área pela Universidade de Coimbra. Docente e pesquisadora no Centro de Ciências da Educação e Comunicação da Universidade Católica de Santos. E-mail: benalvad@yahoo.com.br.

² Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra. Docente e pesquisador no Centro de Ciências da Educação e Comunicação da Universidade Católica de Santos. E-mail: wtllisboa@yahoo.com.br.

³ Discente do curso de graduação em Direito da Universidade Católica de Santos. E-mail: mari.diegues@hotmail.com

⁴ Discente do curso de graduação em Direito da Universidade Católica de Santos. E-mail: mateus_pirani@hotmail.com

⁵ Discente do curso de graduação em Direito da Universidade Católica de Santos. E-mail: m.aya.ra@hotmail.com

⁶ Discente do curso de graduação em Direito da Universidade Católica de Santos. E-mail: mih_reche@hotmail.com

Resumen:

Con base en el sentido común que el crimen vende periódicos y aumenta la audiencia de los medios de comunicación, este artículo demuestra que el interés público en relación con los eventos transmitidos en los medios de comunicación depende de las condiciones de producción de los sujetos involucrados: por un lado, los profesionales que recoge, jerarquiza y difunde el hecho; por el otro, aquellos que tomen conciencia de la producción periodística. Basándonos en los principios y procedimientos de Análisis del Discurso de la Escuela Francesa, tomamos dos casos reportados en los medios de comunicación brasileños en abril de 2011, acerca de la participación de los niños como víctimas de la violencia, con el fin de confirmar la premisa de que existen diferentes formas de lectura. Para “entrar” en el discurso, el lector participa en la danza de las palabras, la construcción de significados. Es, pues, “condenado” a la interpretación.

Palabras claves: *Media. Violencia. Discurso*

Abstract:

According to the common sense that crime helps promoting newspaper's sales and raises the media audiences, this article demonstrates that the public's interest concerning the events diffused in the social media depends on the conditions of production of every individual involved. On one side the staff in charge of collecting, hierarchizing and spreading the information; on the other, those who acknowledge the journalistic outcome. Following the principles and procedures of the Discourse Analysis of the French School, we chose two facts - registered in the Brazilian printed media, in April 2011 - of violence towards children, which facts will clearly confirm the premise that there are different ways of reading. “Entering” the speech, the reader becomes part of the waltz of words, and starts making up his own and personal meanings. He is, therefore, “predetermined” to interpretation.

Key-words: *Media. Violence. Speech.*

Introdução

*Não é por causa do álcool,
Não é por causa das drogas.
A violência é nossa vizinha,
Não é por culpa sua,
Não é só por culpa minha.
Violência gera violência.*

No extrato da composição de Sérgio Brito e Charles Gavin, interpretação do grupo musical Titãs, a violência não tem “causa” nem “culpa”. Contudo, ela pauta o trabalho diário da mídia, como reflexo do que acontece no cotidiano da sociedade. No cenário da convivência social, os jornais trabalham como mediadores, a fim de “apurar” os fatos, ou seja, ouvir todas as partes envolvidas nos acontecimentos para construir um discurso a respeito dos fatos e levar ao conhecimento público por meio da veiculação na mídia.

Para Baccega (1998, p. 58), o discurso jornalístico, uma das manifestações do discurso da comunicação, “mascara a realidade, embora se considere na sociedade que ele mostra mil faces do mesmo acontecimento”. E explica “essa postura dita liberal”:

Se quisermos ter objetividade – já que todo discurso está eivado de subjetividade –, basta dar lugar, numa sociedade, a essa pluralidade de vozes que a constitui. E esse sofisma “aquieta” as consciências. Sofisma porque, evidentemente, se uma sociedade tem uma pluralidade de vozes, uma delas exercerá a hegemonia e procurará mantê-la, ou seja, não permitirá que *todas* as vozes falem com o mesmo caráter de verdade. Isso, quando conseguem falar (BACCCEGA, 1998, p. 58, grifo nosso).

Nessa perspectiva, procuramos compreender como a violência transparece na mídia impressa com base nos pressupostos teóricos da análise de discurso da Escola Francesa. Ao analisar como um objeto simbólico produz sentidos, no caso, o texto jornalístico, buscamos compreender “como ele está investido de significância para e por sujeitos”, o que implica explicitar “como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido”, produzindo “novas práticas de leitura” (ORLANDI, 1999, p. 26).

Nos meios em que se discute a influência midiática na propagação da violência na sociedade, prevalece a posição de que os veículos de comunicação social são causadores ou colaboradores de tal problema. Burnet (1971, p. 26), ao comentar o colóquio organizado pela Unesco, em Paris, no ano de 1970, sobre a violência nos meios de informação, considera o duplo sentido nas relações entre a sociedade e a mídia.

[...] por um lado, os meios de informação não podem ser a causa da violência (que existia antes deles). Mas, por outro lado, desempenham um papel na sua difusão [...]. Nessas condições, são criticados tão frequentemente, não apenas enquanto fatores de difusão da violência (o que talvez sejam), mas também enquanto causas dessa violência (o que evidentemente não são) (BURNET, 1971, p. 26).

Ao produzir os acontecimentos, positivos ou negativos, o jornalista organiza as vozes que circulam na sociedade, resultando na notícia como “um texto a partir de uma pluralidade de vozes” (BACCEGA, 1998, p. 60). O discurso jornalístico, portanto, longe de ser propagador da violência, apresenta uma das muitas faces dos acontecimentos sociais. Cabe ao veículo de comunicação selecionar, destacar, amenizar ou mesmo apagar o que se vive no cotidiano.

As notícias, segundo Lippman (1972, p. 216), “não são um espelho das condições sociais, mas o relato de um aspecto que se destacou”. No relato dos fatos há filtros, evidentemente, sendo um deles a seleção do que foge da normalidade. Notícia, portanto, pode ser considerada a “anormalidade” no tecido social. Daí resulta a polêmica sobre uma das características do jornalismo, a objetividade. A esse respeito, concordamos com Baccega (1995, p. 22), que esclarece a questão da subjetividade como “enfrentamento dos discursos”, inclusive o discurso jornalístico.

O cotidiano de cada indivíduo está inserido nesse universo de discursos. E é a partir dessa materialidade discursiva que se constitui sua subjetividade. Logo, a subjetividade nada mais é que o resultado da polifonia, das muitas vozes sociais que cada indivíduo “recebe” e tem a condição de “reproduzir” (paciente) e/ou de reelaborar (agente) (BACCEGA, 1995, p. 22).

Na sua concepção, portanto, não há reprodução do real de forma objetiva, pois a palavra, por sua natureza, ao mesmo tempo reflete e refrata (desvia), com maior ou menor intensidade, o sentido da realidade. Natural que gostaríamos de ler, ouvir e ver somente fatos positivos nos noticiários dos meios de comunicação social. Mas conflitos fazem parte das relações humanas, e a difusão deles não se restringe apenas a contar os fatos, mas também alertar, educar, prevenir o público, no sentido de contribuir para a formação da cidadania.

A violência difundida na mídia, portanto, reflete e refrata a realidade social. O ideal seria a livre discussão no seio da opinião pública esclarecida sobre o que transmite a mídia. Como justifica Burnet (1971, p. 30), “querer afastar a atenção de um problema importante em relação ao qual se tem ou se deveria ter uma opinião segura é querer privar a sociedade do principal meio não violento de que ela dispõe para se aperfeiçoar”, ou seja, a comunicação social.

Contudo, o papel da mídia é determinado por diferentes fatores, desde o desejo ou tentativa de realização por parte dos seus responsáveis, como também pelas condições em que trabalham e pressões às quais são submetidos. Conforme os países e o regime político, essas pressões podem partir dos governos, das comissões de censura ou de controle, dos acionistas, dos anunciantes, dos concorrentes ou de organismos ou indivíduos influentes que têm interesses particulares a defender. Há ainda outra pressão constante na atividade jornalística: o tempo, que exerce coação no que respeita a notícias.

Apesar de toda pressão, permanece o princípio de que o objetivo fundamental de um veículo de comunicação é encontrar e manter seu público, que não é homogêneo. O público da mídia difere em idade, gênero, nível de instrução, sensibilidade e gosto, condição econômica e social. Essa composição heterogênea merece atenção especial dos produtores da mídia, principalmente no que diz respeito às informações sobre violência.

No estudo sobre o discurso da violência no jornalismo popular, Dias (1996, p. 103) considera que “a vio-

lência retratada pelos jornais sensacionalistas vê-se potencializada em relação à violência vivida na realidade e essas distorções amenizam as violências efetivas, quando em confronto com as que nos são mostradas”. Sendo assim, recomenda alerta ao discurso sobre a violência, lembrando a posição de Michaud (1989, p. 111) de que “a violência são os fatos tanto quanto nossas maneiras de apreendê-los, de julgá-los, de vê-los – ou de não vê-los”.

Seguindo essa linha de raciocínio, tomamos informações veiculadas em dois jornais impressos da cidade de Santos, litoral do estado de São Paulo – *A Tribuna* e *Diário do Litoral* –, a respeito de dois acontecimentos envolvendo crianças como vítimas de crime, no mês de abril de 2011. Com base nos pressupostos teóricos da análise de discurso da Escola Francesa, procedemos à leitura das matérias para compreender o processo discursivo, mostrando como o discurso funciona e produz efeitos de sentido. Este estudo, cabe pontuar, faz parte da pesquisa “A violência na mídia impressa: efeitos de sentido”, desenvolvida na Agência Experimental de Jornalismo, do Centro de Ciências da Educação e Comunicação da Universidade Católica de Santos, de abril de 2011 a março de 2012, como atividade de iniciação científica de alunos dos cursos de graduação em Jornalismo e Direito.

Bebê no lixo

Na noite de 18 de abril de 2011, Andrey Antunes Cotrim, catador de lixo, encontrou uma criança recém-nascida em uma caçamba de entulho, próxima a uma escola, em Praia Grande, cidade do litoral sul do estado de São Paulo. Enrolado em um plástico preto, o bebê foi jogado no lixo por sua mãe, Rosineide de Salles Lins, que já tinha abandonado outros dois filhos, um casal de gêmeos, na casa de companheiras de trabalho.

O assunto ganhou destaque nas edições dos dias 20 e 27 de abril do jornal *A Tribuna*. Na primeira edição, com chamada de capa, a matéria assinada por Victor Miranda destaca dois envolvidos no acontecimento: uma professora e um catador de lixo. A professora Manira Lúcia Garcia, segundo o repórter, “prestou o primeiro atendimento ao localizar a criança” e “teve um dia de heroína”. Depois de dar voz à docente, o jornalista esclarece que, “antes de Manira, porém, outro personagem teve contato com a menina e também se credenciou a herói do momento. Um morador de

rua que passava pelo local ouviu os gritos e acionou dois educadores da escola”, constatando “que ali havia um bebê, envolto em um saco de lixo preto”.

Ao analisar a discursividade, compreendemos como um objeto simbólico produz sentidos. Para contextualizar o fato, o repórter construiu a figura da heroína, devidamente identificada com nome e profissão. Por outro lado, quem encontrou o bebê na caçamba de entulho não tem nome, anônimo morador de rua e que “se credenciou a herói”.

A “heroína”, assim, fala a partir do lugar de professora, e suas palavras significam mais do que a do catador de lixo, que se considera “herói”. No discurso do jornalista, há nítida passagem dos lugares dos sujeitos (situações empíricas: professora, catador de lixo) para as posições dos sujeitos no discurso. Observamos, portanto, a construção da “heroína” e a autoconstrução do “herói”, o que reflete a nossa formação social. “É assim que as condições de produção estão presentes nos processos de identificação dos sujeitos trabalhados nos discursos” (ORLANDI, 1999, p. 41).

Na outra edição (27 de abril), *A Tribuna* destaca o assunto com duas chamadas de capa. A primeira, para a matéria da jornalista Suzana Fonseca, que conta o destino dos irmãos gêmeos da recém-nascida abandonada em uma caçamba de lixo pela mãe, Rosineide de Salles Lins. Na outra chamada de capa, o jornal identifica o catador de lixo como Andrey Antunes Cotrim Menezes, “chamado de herói pelas ruas de Praia Grande”. Apesar de o personagem principal do fato ter nome, ele só aparece na chamada de capa do jornal para explicar a sua descoberta: “Achei que era uma boneca”. Na matéria de página inteira no interior da edição (A-9), não há nenhuma referência ao catador de lixo.

Compreendemos, nessa formação discursiva, que os sentidos estão aquém e além das palavras, mostrando a força da imagem na constituição do dizer. Nesse sentido, Orlandi (1999, p. 42) explica que o imaginário “assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”. No imaginário dos produtores do discurso jornalístico, repórter e editor, o catador de lixo até pode ter identidade, mas a sua história se resume ao trabalho de remexer o lixo, onde, por acaso, encontrou uma recém-nascida. Para o jornal, ele até pode se credenciar como herói e, como tal, ser reconhecido nas ruas. Mas não mereceu o espaço devido na edição analisada, informando ao leitor a história de quem salvou a vida de uma criança recém-nascida

Massacre na escola

No dia 7 de abril de 2011, Wellington Menezes de Oliveira entrou na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, na zona oeste do Rio de Janeiro. Ex-aluno da instituição de ensino, ele matou a tiros 12 estudantes, caso que ficou conhecido como “massacre em Realengo”.

O artigo “Lições de Realengo”, assinado por Walmor Bolan, doutor em Sociologia e conselheiro da Organização Universitária Interamericana no Brasil, publicado no jornal *Diário do Litoral*, edição do dia 13 de abril de 2011, página 02, caracteriza o assassino como vítima da sociedade moderna. O colaborador do jornal inicia o discurso com dados do *lead* e questiona o leitor sobre “lições a tirar” a respeito de “terríveis acontecimentos”, considerando que “o fato impactou a todo o Brasil e ao mundo, pelo ineditismo (grifo nosso) e a maneira fria e calculada com que o rapaz agiu, inclusive prevendo o próprio suicídio (grifo nosso), como de fato aconteceu”.

No primeiro parágrafo, o sociólogo demonstra desconhecer fatos idênticos que aconteceram no exterior e até mesmo no Brasil, assim como o sentido da palavra suicídio, que dispensa o complemento próprio, porque o suicida tira a própria vida.

Em seu discurso, o sociólogo atribui a “psicose” do ex-aluno da escola municipal Tasso Oliveira, em Realengo, no Rio de Janeiro, ao “ambiente propício” da sociedade “cada vez mais individualista e antissolidária”, lembrando a “cultura da morte” referida na encíclica *Evangelium Vitae*, do Papa João Paulo II. No seu entender, o “ato insano” é culpa da internet, que classifica como “ferramenta importante no processo de destruição mental” de Wellington. Nesse sentido, recorre à posição frankfurtiana, conclamando “os especialistas” a “se debruçarem mais sobre a questão dos efeitos corrosivos da internet”.

No jogo discursivo entre vida e morte, o articulista estabelece a relação de forças, uma das condições de produção do discurso. Assim, Bolan fala a partir do lugar de sociólogo, conselheiro de organização universitária e colaborador do jornal. Suas palavras, portanto, significam de modo diferente do que se falasse do lugar de jornalista a respeito do jovem assassino de 12 crianças e suicida; suas palavras têm autoridade determinada junto aos leitores.

Sendo assim, ao passar da situação empírica (lugar do sujeito) para a posição discursiva, Bolan critica o sistema “que não oferece proteção a quem não encontra sentido de vida”, chamando o leitor a enfrentar “desafios do nosso tempo”, ou seja, “afirmar a cultura da vida e da paz, em todos os sentidos”.

Na página 8 da mesma edição, a notícia sem autoria, provavelmente de agência de notícia, estabelece o jogo de forças entre Eu e o Outro, ou seja, Wellington e a sociedade. Abaixo do título – “Em vídeos, atirador fala de razões para o ataque” –, a linha fina esclarece que “ele culpa pessoas que chama de ‘covardes’ pelo ato que cometeu. Mensagem foi gravada em dois arquivos de vídeo”. A matéria, permeada de suposições – quanto ao momento e autoria da gravação, os motivos do crime –, procura descrever o perfil do assassino como solitário, vítima de bullying, indefeso, mas capaz de planejar o assassinato de 12 crianças em uma escola pública.

Ao observar o jogo entre a memória (constituição do dizer) e a atualidade (formulação do dizer), compreendemos os sentidos da matéria: a justificativa para o massacre em escola, o recurso à tecnologia para explicar o pretendido, a articulação do “atirador” entre tempo e solidão para o planejamento do “ataque”. Na legenda da foto de Wellington, que ilustra a matéria, a transcrição de suas palavras: “a nossa luta é contra pessoas cruéis, covardes, que se aproveitam da bondade, da inocência, da fraqueza de pessoas incapazes de se defenderem”. Ou seja, o jornal evidencia um dos lados da violência, com destaque ao assassino com base em suposição, sem ouvir uma fonte sequer.

Ao mobilizar as relações de sentido, por meio da leitura discursiva, consideramos que na matéria “fala uma voz sem nome”, como diz Courtine (1984) a respeito do interdiscurso⁷. Por se tratar de notícia na mídia impressa, o jornal assume a responsabilidade pelo que publica. Alguém, em nome do jornal, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle dos sentidos que se constituem a partir do seu dizer (ORLANDI, 1999, p. 32).

Ainda na mesma edição – dia 13 de abril, página 8 –, o jornal *Diário do Litoral* destaca a “bravura” dos “PMs que interromperam chacina” e noticia a promoção dos policiais. A pergunta que se coloca, após a leitura da matéria, é a

⁷ O interdiscurso, segundo Orlandi (1999, p. 33), “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”.

seguinte: os três policiais agiram “por bravura” ou por dever no cumprimento do trabalho? O jornal não informa, ao contrário do noticiário sobre o assunto veiculado em outros meios de comunicação, que os policiais militares estavam a serviço, próximos à escola onde aconteceu a “chacina”. Mais uma matéria sem assinatura, provavelmente produzida por agência de notícia. Nem mesmo a fotografia que ilustra o texto, do presidente da República em exercício, Michel Temer, cumprimentando um dos policiais, tem crédito.

O discurso “reproduzido” pelo jornal coloca em foco, além dos três policiais promovidos, as autoridades políticas presentes na cerimônia, representando as três instâncias do governo: federal (presidente da República em exercício), estadual (governador fluminense) e municipal (prefeito carioca). Ao analisar as condições de produção desse discurso, observamos o funcionamento da memória discursiva⁸. Assim, os sentidos convocados nos remetem ao herói. No imaginário humano, principalmente das crianças, todo herói usa farda: do príncipe encantando aos personagens de desenho animado. Embora a mídia viabilize o processo para a construção de heróis, eles nascem da ação conjunta da sociedade. Nesse caso, o discurso da mídia reitera essa construção articulada pelo poder político.

Na terceira e última notícia sobre Realengo, que também deve ser matéria de agência, o jornal *Diário do Litoral* destaca, na edição do dia 20 de abril, página 9, medidas de segurança previstas nas escolas municipais do Rio: “um inspetor por andar” e “câmeras de vigilância”. Recheado de números, o anúncio da secretária municipal de Educação do Rio de Janeiro, feito pelo *Twitter*, é uma “previsão”. Não há informação precisa sobre quando as escolas poderão contar com os recursos tecnológicos e humanos, “anunciados” pela rede social, para vigiar o ambiente escolar das crianças cariocas.

Verificamos, na construção da matéria, uma das formas de esquecimento no discurso, ou seja, o da ordem da enunciação. Embora a informação no *lead* esteja relacionada ao retorno dos alunos à escola onde aconteceu a tragédia, o jornal destaca no título da matéria equipamentos de vigilância, mas remete para o futuro (“terão”) a segurança

⁸ Memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 1999, p. 31).

das crianças no ambiente escolar carioca. Ao destacar “câmeras” no título, poderia dizer, por exemplo, “segurança”, produzindo a impressão de uma realidade tranquila e segura aos leitores, principalmente aos familiares dos alunos que sobreviveram à tragédia naquela escola.

Considerações finais

A violência assusta, comove e revolta o cidadão. A mídia pauta o crime na rotina jornalística. Dependendo da linha editorial da empresa de comunicação social, o crime ganha proporções exageradas no noticiário para chamar a atenção e vender seu produto simbólico. Mas nem sempre repercute na opinião pública de forma a desenhar contornos para debate e encaminhamento de solução aos problemas geradores do conflito.

Tomado como verdade, o discurso da mídia sobre violência ofusca a razão do leitor, ouvinte, telespectador, internauta, sobretudo quando se trata de criança como vítima na cena do crime. Soam vozes isoladas de indignação, ampliando a onda de medo nos centros urbanos.

Poucos, contudo, se detêm no processo de análise apurada do discurso midiático a fim de cobrar contextualização dos fatos e prosseguimento da história, geralmente esgotada nos limites do *lead*, substituída pelo novo que acontece todos os dias. Predomina na sociedade a anestesia midiática, o conformismo ante os fatos escolhidos e relatados para representar o real. Sedimenta-se a crença de que a verdade foi contada no jornal, na revista, no rádio, na televisão, na internet. Que verdade? De quem? Para quem? Depende das condições de produção de leitura dos discursos tecidos na rede midiática para que se compreendam os efeitos de sentido.

As reflexões exploradas neste estudo, por certo, evidenciaram a necessidade de problematizar as relações, diretas ou não, que podem se estabelecer entre os discursos jornalísticos sobre casos que envolvem a temática da violência e suas repercussões nas sociedades. Fruto de uma iniciativa acadêmica de caráter interdisciplinar, que reuniu discentes dos cursos de graduação em Jornalismo e Direito, esta pesquisa, entre outras possibilidades, alerta os futuros profissionais da Comunicação e da esfera jurídica sobre a importância de contemplarem, nos seus relatos e análises, a pluralidade de vozes que constituem os acontecimentos sociais.

Referências

- BACCEGA, Maria Aparecida. Palavra e discurso: história e literatura. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. Comunicação e linguagem: discursos e ciência. São Paulo: Moderna, 1998.
- BURNET, Mary. Meios de informação e violência. Tradução: Maria Otília Frazão. Lisboa: Edições 70, 1971.
- COURTINE, Jean-Jacques. Définition d'Orientations Théoriques Philosophiques en Analyse de Discours, Philosophiques, vol. IX, n. 2, Paris, 1984.
- DIAS, Ana Rosa Ferreira. O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: Cortes, 1996.
- LIPPMAN, Walter. Estereótipos. In STEINBERGER, Charles S. (org.). Meios de comunicação de massa. Tradução: Otávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1972.
- MICHAUD, Yves. A violência. Tradução: L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. Campinas/SP: Pontes, 1999.

Artigo recebido em 24.01.2013. Revisado em 1.03.2013. Aceito em 26.03.2013.